

(R:03.01.2017)



ATA N.º 01/2017

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAMUSCA
REALIZADA NO DIA 03 DE JANEIRO DE 2017
Aos três dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezassete, nesta Vila da
Chamusca, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a
Câmara Municipal sob a Presidência do Senhor Presidente Dr. Paulo Jorge Mira
Lucas Cegonho Queimado, e com as presenças dos Senhores Vereadores
Francisco Manuel Petisca Matias, Aurelina Maria Garrido Conde Andrade
Rufino e Maria Manuela Luz Marques e Cláudia Patrícia Alves Moreira comigo
Cristina Isabel Pires Queimado, Técnica Superior que secretariei
Verificando-se quórum, o Senhor Presidente, declarou aberta a reunião
eram dezassete horas e cinco minutos, desejando a todos os presentes um
bom ano de 2017, após o que se deu início à apreciação dos seguintes
assuntos:
APROVAÇÃO DE ATAS: Previamente distribuídas pelo Executivo, fo
deliberado por unanimidade aprovar o teor das atas n.º 43 e 44/2016
SITUAÇÃO FINANCEIRA / RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA - EM
29.12.2016: TOTAL DE DISPONIBILIDADES: 2.657.005,81€; OPERAÇÕES ORÇA
MENTAIS: 2.657.005,81€; OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 52.057,05€
ORDEM DO DIA: Entrou-se depois na ORDEM DO DIA composta dos
seguintes pontos previamente estabelecidos
<u>Documentos para conhecimento</u>
(01) - FREGUESIA DE ULME - ACORDO DE EXECUÇÃO - ANEXO C
RELATÓRIO MENSAL:
Presente Relatório mensal de atividades – novembro 2016, relativo ao



Acordo de Execução – Anexo C – da Freguesia de Ulme, registado no livro
respetivo sob o número 12661 em 27.12.2016
A Câmara por unanimidade tomou conhecimento
(02) – CONSELHO INTERMUNICIPAL DA CIMLT – REUNIÃO ORDINÁRIA DE
29.12.2016:
Presente Fax da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, registado
no livro respetivo sob o número 12754 em 29.12.2016, convocando para a
reunião Ordinária do Conselho Intermunicipal de 29.12.2016, pelas 15 horas
com a seguinte ordem de trabalhos:
"A — Período de antes da Ordem do dia;
B— Período da Ordem do Dia:
1. Apreciação e votação da ata da Reunião do Conselho
Intermunicipal N.° 14/2016;
2. Apreciação e votação de ratificação de Despacho N.º 023 do PCI
Alteração Orçamental n.º 08 ao Orçamento da Despesa e n.º 07 às Atividades Mais
Relevantes;
Alteração Orçamental N.º 09 ao Orçamento de Despesa;
4. Apreciação e Votação de proposta de adjudicação de
procedimento para fornecimento de serviço de inspeções de elevadores;
5. Apreciação e votação de proposta de adjudicação de
procedimento para aquisição de plataforma de informação intermunicipal em
tempo real;
6. Apreciação e votação de minuta de contrato a celebrar referente
ao procedimento para prestação de serviços de revisão legal das Contas da
_





CIMLT para os anos de 2017, 2018 e 2019, de acordo com a Lei 73/2013 de 3
de setembro;
7. Apreciação e votação de proposta de abertura de Concurso Público
da CCE-CIMLT: Aquisição e instalação de equipamentos de iluminação pública;
8. Apreciação e aprovação de Minuta de Contrato de Delegação de
competências do Municipio de Almeirim na Comunidade Intermunicipal da Lezíria
do Tejo, atribuidas à Câmara Municipal pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho
relativas ao Regime Juridico do Serviço Público de Transporte de Passageiros;
9. Apreciação e aprovação de minuta de contrato de delegação de
competências do Municipio da Chamusca na Comunidade Intermunicipal da
Lezíria do Tejo, atribuídas à Câmara Municipal pela Lei N.º 52/2015, de 9 de junho
relativas ao Regime Juridico do Serviço Público de Transporte de Passageiros;
10. Apreciação e aprovação de minuta de contrato de delegação de
competências do Municipio de Salvaterra de Magos na Comunidade
Intermunicipal da Lezíria do Tejo, atribuídas à Câmara Municipal pela Lei N.
52/2015, de 9 de junho relativas ao Regime Juridico do Serviço Público de
Transporte de Passageiros;
11. Apreciação e aprovação de minuta de contrato de delegação de
competências do Municipio de Santarém na Comunidade Intermunicipal da
Lezíria do Tejo, atribuídas à Câmara Municipal pela Lei N.º 52/2015, de 9 de junho
relativas ao Regime Juridico do Serviço Público de Transporte de Passageiros;
12. Apreciação e Votação da proposta de submissão de Candidatura
Lezíria do Tejo – Assistência Técnica 2017/2018
13. Apreciação e votação da proposta de submissão de Candidatura
estudo de avaliação e resposta do risco de Cheias na Lezíria do Tejo e



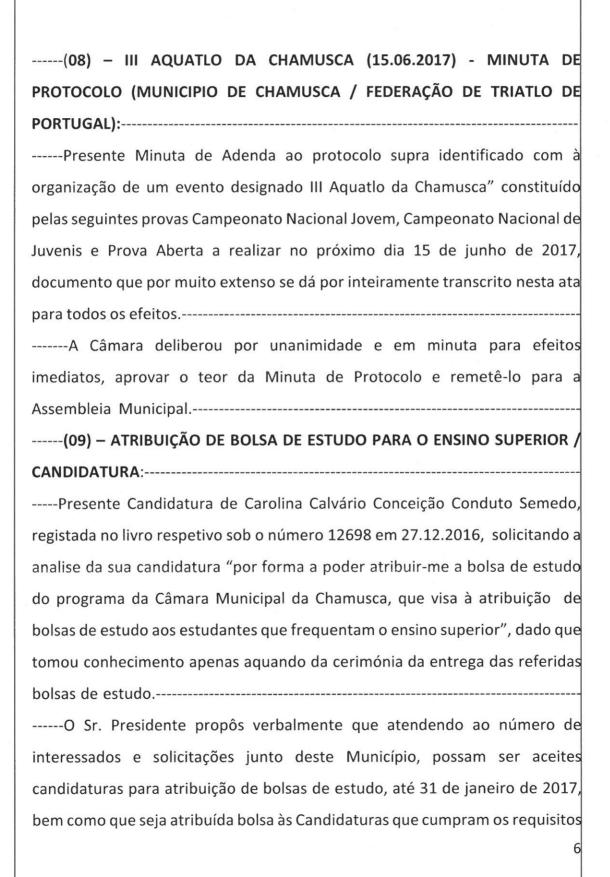
Rede de Vigilância de apoio à decisão para os incêndios florestais na Lezíria do
Tejo."
A Câmara tomou conhecimento de esclarecimentos complementares
prestados pelo Sr. Presidente sobre as decisões tomadas nesta reunião
(03) – GABINETE DE PROTECÇÃO CIVIL: RELATÓRIO DE SERVIÇO – BARREIRA
CAÍDA – VALE DE CAVALOS:
Presente uma Informação do Coordenador técnico do Gabinete de Protecção
Civil, fazendo o historial das operações desenvolvidas na sequência da queda de
uma barreira sobre um telheiro no logradouro de uma residência e de uma viatura
ligiera de mercadorias que se encontrava debaixo do telheiro sito na Rua Direita
em Vale de Cavalos no passado dia 03.12.2016
A Câmara por unanimidade tomou conhecimento, tendo o Sr. Presidente
referido que irão ser colocados plásticos na barreira de forma a evitar a queda de
terras e que terá que ser deslocado um poste de eletricidade
(04) - CONFIGURAÇÃO FINANCEIRA DA OPERAÇÃO LAR DE IDOSOS DA
CARREGUEIRA:
Presente informação n.º 26/2016 datada de 23.11.2016, dando
conhecimento da execução financeira da operação Lar de Idosos da Carregueira
Sobre este assunto foram tecidas considerações, tendo o Sr. Vereador
Francisco Matias apresentado o seu estudo relativamente a este assunto que
apresenta valores diferentes dos constantes na Informação técnica
A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, solicitar aos
serviços para exporgar os valores elegiveis e não elegiveis relativas às
candidaturas 1.ª e 2.ª fase





<u>Documentação para ratificação:</u>
(05) – AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, EM: ATUALIZAÇÃO TARIFÁRIO PARA
2017:
Presente documentação da AR - ÁGUAS DO RIBATEJO, relativa à
atualização do Tarifário para 2017, nomeadamente a minuta de ata da reunião
n.º 1/2016 da Comissão de Parceria (criada no âmbito do contrato de gestão
delegada celebrado entre os municípios e a AR) aprovando por unanimidade a
proposta de atualização do tarifário para 2017
A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos
imediatos, ratificar o teor da referida deliberação nos termos do disposto no
n.º 5 da Cláusula 1.ª do Acordo de Parceria, anexo ao contrato de gestão
delegada e que dele faz parte integrante
(06) - DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2016 – ALTERAÇÃO:
Elaborada pela Secção de Contabilidade foi presente alteração aos
Documentos Previsionais/ano económico de 2016, respetivamente
trigésima quinta e trigésima sexta alteração ao Orçamento, documentos que
por muito extensos, se dão por inteiramente transcritos nesta ata, para todos
os efeitos
A Câmara por unanimidade deliberou ratificar o procedimento
<u>Documentação para aprovação</u>
(07) - TOPONIMIA: ATRIBUIÇÃO DE NOME A ARRUAMENTO
CHAMUSCA:
Por acordo entre todos ficou este assunto pendente para apreciação em
próxima reunião









normais do regulamento
A Câmara por unanimidade deliberou aprovar a proposta verbal do Sr
Presidente e consequentemente atribuir bolsa de estudo a esta candidatura
bem como às que sejam entregues até 31 de janeiro que reúnam as condições
definidas no Regulamento
(10) - REGULAMENTO INTERNO DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTOS
DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS TRABALHADORES DO MUNICIPIO DA
CHAMUSCA:
Presente o teor do Regulamento Interno supra identificado com o objetivo
de "promover a segurança e a saúde e estabelecer um quadro de referência
na utilização de vestuário de trabalho, assim como determinar as normas que
disciplinam a sua aquisição, distribuição, utilização, duração e manutenção"
aplicando este regulamento aos trabalhadores do município da Chamusca
detentores das categorias profissionais/funções constantes dos Anexos I e II,
independentemente do tipo de vínculo laboral e quaisquer que sejam as
instalações e locais de trabalho onde exerçam a sua atividade, e define as
normas relativas à segurança e saúde na utilização de EPI bem como do
vestuário de trabalho
No decurso da análise das proposta de alteração ao Regulamento
efetuadas pelos sindicatos com representatividade no Município da Chamusca
(STAL e STFPSSRA) foram consideradas validadas pelo Gabinete de Apoio
Jurídico e pela Secção de Serviços Urbanos e Ambiente propostas recebidas:
STAL: art.º 1 e, n.º 1 do art.º 3, art.º 19; STFPSSRA – criação de uma comissão
de trabalhadores eleita de dois em dois anos
A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade, aprovar o teor do







com efeito, o requerente solicitou a redução da renda
contratualizada com o Município, e sem que tenha obtido o
consentimento expresso do Município para a redução do valor, desde
Março de 2016 que não efetua os pagamentos devidos;
partes, carece de concordância do Município e em caso de aceitação, das
devidas alterações dos termos do contrato com formalização em
aditamento assinado por ambas as partes;
Em face do exposto, cabe ao executivo municipal apreciar e
deliberar sobre o novo valor apresentado pela NOS e sobre a eventua
alteração contratual proposta, sendo posteriormente a NOS notificada
do teor da mesma
Salvo melhor entendimento, submete-se à consideração superior.".
O Sr. Presidente propôs verbalmente, que não ocorresse alteração do
valor, atendendo a que a qualidade do serviço prestado não melhorou e que o
valor pago relativo à taxa de direitos de Passagem é muito reduzida
A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade aprovar a proposta do
Sr. Presidente e consequentemente manter o valor da renda mensal de
terreno sito em Vale de Cavalos, com a designação Bica da Sota onde
se encontra instalada a antena de telecomunicações
(12) - SECÇÃO DE APROVISIONAMENTO E GESTÃO DE STOCKS
CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE
EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CENTRAL DE COMPRAS
ELETRONICAS DA CIMLT:
Presente a seguinte Informação da Secção de Aprovisionamento e



Gestão de Stocks datada de 28 de dezembro:
"Considerando que:
a) A Aquisição e Instalação de Equipamentos de Iluminação Pública é
fundamental para o funcionamento do Município, assumindo-se como uma
necessidade premente
b) O Município deliberou, por decisão datada de 26/02/2016, aderir à
Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, dados
os efeitos de economias de escala provenientes dos procedimentos
promovidos pela CCE-CIMLT, que têm permitido gerar poupanças para o
Município em diversas áreas;
c) Em consequência, em 27/05/2016, foi celebrado o contrato de
mandato entre o Município e a CIMLT
d) Os serviços referidos representam, em termos financeiros, um custo
relevante no Orçamento Municipal;
e) O Município não possui recursos materiais e humanos que o
habilitem, por si mesmo, a produzir o referido serviço
1. Propõe-se a celebração de um acordo quadro, nos termos do
disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos
(CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro), para a
Aquisição e Instalação de Equipamentos de Iluminação Pública
2. Para esse efeito, com fundamento na alínea b) do n.º 1 do artigo
20.° do CCP, propõe-se a abertura de procedimento de concurso público, com
publicação no Jornal Oficial da União Europeia, estabelecendo-se para o
efeito, os preços unitários máximos previstos no Anexo II (Preços Unitários
Base) a esta informação, da qual faz parte integrante, valores aos quais



A CR

acresce IVA à taxa legal em vigor
3. Para efeitos da Cláusula 3 ^{-a} do Contrato de Mandato
Administrativo celebrado entre o Município e a CIMLT em 27/05/2016
propõe-se que o Município apresente junto desta um pedido de contratação
no sentido de que a Central de Compras Eletrónicas da CIMLT proceda, em sua
representação, à tramitação do concurso público necessário e à
celebração do mencionado acordo quadro
4. Sem prejuízo de outras competências que lhe sejam atribuídas
pelo programa de procedimento e pelo CCP, e ao abrigo das disposições
conjugadas dos n.os 1 a 3 do artigo 44.º e dos artigos 46.º e 47.º, todos do
Código do Procedimento Administrativo (CPA), e do artigo 109.º do CCP
propõe-se que relativamente ao procedimento adjudicatório tendente à
celebração do acordo quadro sejam delegadas no Conselho Intermunicipa
da CIMLT as competências atribuídas pelo Código dos Contratos Públicos ao
órgão competente para a decisão de contratar:
a) Designação do júri do procedimento;a
b) Prestação, aos concorrentes, dos esclarecimentos necessários à
boa compreensão e interpretação das peças do procedimento;
c) Prorrogação do prazo para apresentação de propostas, nos
termos e ao abrigo do artigo 64.°, n.° 4 do CCP;
d) Decisão de qualificação dos candidatos e/ou concorrentes;
e) Proceder à decisão de adjudicação do acordo quadro;
f) As competências previstas nos n.°s 2 a 4 do artigo 86.° do CCP;
g) Aprovação da minuta do acordo quadro e decisão quanto às
reclamações quanto a essa mesma minuta



-----5. Ao abrigo do n.º 1 do artigo 46.º do CPA, propõe-se que seja concedida autorização ao Conselho Intermunicipal da CIMLT para subdelegar no seu Presidente as competências referidas no ponto anterior. -----------6. Propõe-se ainda que seja concedida autorização ao Conselho Intermunicipal da CIMLT, para subdelegar no júri do procedimento a competência para a prestação, aos concorrentes, dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.------7. Propõe-se também que a competência para proceder à outorga do acordo quadro, em nome e em representação do Município, seja delegada no Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT.-----------8. Propõe-se, em último lugar, a aprovação do Programa de Procedimento e do Caderno de Encargos correspondente ao procedimento de contratação pública a realizar, juntos à presente informação.".-----------A Câmara deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, aprovar todos os procedimentos propostos identificados na Informação transcrita, bem como os preços unitários máximos previstos no Anexo II da referida informação, documento que por muito extenso se dá por inteiramente transcrito nesta ata.---------(13) - DUPOA: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO URBANO - ALVARÁ N.º 01/01 - RUA NOVA DA NORA - CHAMUSCA:----------Presente a informação da Chefe de Divisão n.º 193/EC/16 datada de 22.12.2016 com o seguinte teor:----------Vem o requerente apresentar agora planta síntese do loteamento instruída nos termos o disposto na alínea f) do nº 13 do Anexo I da Portaria n⁰ 113/2015 de 22 de abril.----



(R:03.01.2017)



-----De novo refere o arq. Oliveira Neves na sua informação datada de 21.12.2016 que não cumpre a proposta o definido em regulamento do Plano Diretor Municipal I de Chamusca por: "Ora tratando-se de alteração ao loteamento, mesmo que reduzindo o nº de lotes, considera-se que não cumpre os requisitos definidos no PDM, porque embora as construções fiquem em zona urbana consolidada, aparte dos lotes que agora são anexados, (e onde antes era permitido construir), fica em zona verde, contudo, já que nesta área não está prevista agord e com esta alteração qualquer constrição, e antes estava, deixa-se este aspeto á consideração superior."----------Efetivamente o loteamento insere-se, face aos instrumentos de ordenamento do território — Plano Diretor Municipal (PDM) em Zona Consolidada do aglomerado urbano e em Zona Verde Particular (ZVP),I definindo o artigo 19º, ponto 3.2.5, do Regulamento do PDM de Chamusca o normativo para estas áreas do seguinte modo:"3.2.5 — Zonas verdes particulares (ZVP):a) As áreas classificadas como zonas verdes particulares destinam-se fundamentalmente ao uso lúdico ou de lazer privado ou semiprivado, rejeitando-se qualquer tipo de ocupação com construção sem que seja devidamente fundamentado como de apoio às funções acima discriminadas; b.Salvaguarda-se a possibilidade de construção de uma habitação para o proprietário do terreno, desde que esta venha a confrontal com arruamento público infraestruturado, existente ou previsto no PGU, ou tenha acesso direto a partir do mesmo, e desde que a sua área de construção obedeça ao especificado na alínea c) do n.2 3.4.2; c.As zonas verdes particulares localizadas dentro da área do centro cívico, até à aprovação do



plano de salvaguarda, ficarão interditas à construção que não seja d
ampliação de construções existentes, desde que não impliquem um aumento
do número de fogos e desde que não seja ocupada uma área superior a 15 %
da totalidade da ZVP em causa."
Ora da leitura da norma não se afigura qualquer condicionante à
alteração proposta ao loteamento uma vez que não se pretende a construção
na área de ZVP e a norma não proíbe a divisão ou anexação de prédios que
englobem estas áreas
Pelo que mantenho o anteriormente proposto deferimento do pedido
de alteração ao loteamento tal como apresentado e agora sem a
condicionante imposta na decisão de câmara de 04.10.2016
Propõe-se assim que determine o executivo municipal a aprovação
da alteração tal como proposta
À consideração superior."
A Câmara deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos
imediatos, aprovar a alteração proposta ao Loteamento nos termos da
informação técnica
(14) - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL: AÇÕES DE ALTERAÇÃO DE
COBERTO VEGETAL – ARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTO-COMUM –
PROPRIEDADES GERALDO E JUNCO - UNIÃO DE FREGUESIAS DE
PARREIRA E CHOUTO:
Presente o requerimento registado no livro respetivo sob o número
12507 em 21.12.2016, do INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E
DAS FLORESTAS, solicitando, nos termos do n.º1 do artigo 9.º do DL 96/2013
de 19 de julho, a emissão de parecer relativamente a autorização para a







de Chamusca
Dia 29.12: Decorreu a Assembleia Geral da Tagusgás
Dia 03.01: Reuniu com a Federação Portuguesa de Triatlo, com vista à
realização da festa anual na Chamusca agendada para o próximo dia
22.01.2017
Informações: Reestruturação do Balcão Único, ficando com um posto de
atendimento e alteração do local . Deslocalização da Tesouraria para o loca
onde está o Gabinete de Apoio Jurídico e obras nos WC/s
(17) – INTERVENÇÃO DOS VEREADORES:
CLÁUDIA PATRICIA ALVES MOREIRA:
Desejou a todos votos de um bom ano de 2017
Jardins de Infância / Ulme: segunda-feira iniciar-se-á o prolongamento do
horário
Informou que devido ao surto de gripes e constipações nos jardins-de
infância os prolongamento tiveram menos crianças
MARIA MANUELA LUZ MARQUES:
Desejou a todos bom ano de 2017
AURELINA MARIA CONDE ANDRADE RUFINO:
Desejou a todos bom ano de 2017
PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:
Loteamento das Cerradas / Chamusca:
O Munícipe JOAQUIM ANTÓNIO LUCAS, veio a esta reunião reclama
sobre a vala existente à entrada do seu lote, fazendo estragos na sua viatura
solicitando a intervenção da Câmara
O Sr. Chefe de Gabinete, que assistia à reunião de Câmara, informou que



já foi colocado tout-venant com cimento no espaço. O Sr. Presidente informou
que amanhã a Sra. Chefe de Divisão, eng.ª Evelina Cebola irá verificar no local
e mandar alguém intervir no espaço
<u>Rua da Paróquia – Chamusca</u> :
A Munícipe MARIA HELENA DIAS COSTA OLIVEIRA, veio a esta reunião dar
conhecimento da existência de buraco na estrada junto à sua habitação, bem
como que irá seguir com processo para tribunal relativo aos danos existentes
na sua habitação sobre a escavação provocada por águas (luta com AR-Aguas
do Ribatejo à cerca de cinco anos). A munícipe informou que em tempo
técnico da AR deslocaram-se para verificar tendo estes assumido e feito
levantamento dos danos e que até ao momento não apresentaram solução. O
sr. Presidente ficou com o contato telefónico da munícipe e irá verificar junto
da AR o ponto de situação deste processo
ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:
E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou
encerrada esta reunião eram dezanove horas e vinte minutos, da qual, para
constar, se lavrou a presente ata que, depois de ser considerada aprovada,
vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim servindo de Secretário,
que redigi e igualmente assino, nos termos do n.º 2 do artigo 57º da Lei
75/2013 de 12 de setembro
O Presidente da Câmara, O Técnico Superior,
Cestro Recipeado